Filiada à CNTU

ENGENHEIRO

Órgão informativo da Federação Nacional dos Engenheiros – Ano XVIII – Nº 171 – Agosto/2016

Lei do piso salarial dos engenheiros faz 50 anos, permanece atual e em disputa

www.sjit.edu.ph/

Promulgada em 22 de abril de 1966, a Lei 4.950-A, que estabelece a remuneração básica da categoria, comemorou seu jubileu de ouro neste ano e mantém-se válida e necessária, conforme aponta o autor do projeto que lhe deu origem, o ex-deputado federal Almino Affonso. Luta pelo seu cumprimento é bandeira permanente da FNE. *Página 5*

Cresce Brasil

Frente Parlamentar de Engenharia será lançada em setembro

Página 4

CNTU

Evento discute política, economia e cultura rumo ao Brasil 2022

Página 3

Luta histórica

Engenheiro traz em matéria de capa nesta edição a comemoração dos 50 anos da Lei 4.950-A/66, que estabelece o salário mínimo profissional dos engenheiros. Originada em um projeto de autoria do ex-deputado Almino Affonso, a matéria tramitou por cinco anos na Câmara e no Senado para depois ser vetada pelo Marechal Humberto Castelo Branco e, por fim, promulgada pelo Congresso. Considerado essencial para assegurar remuneração justa à categoria, o piso continua a ser bandeira de luta prioritária da FNE.

Numa pauta legislativa da atualidade, será lançada em setembro a Frente Mista Parlamentar de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento. A iniciativa é do deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL) e conta com a parceria da FNE.

Em entrevista, José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), critica a Lei 13.303, conhecida como Lei das Estatais. Apresentada como solução moralizante, a nova regra dispensa a obrigatoriedade de projeto executivo na contratação de obras.

Ainda na pauta, a 9ª Jornada Brasil Inteligente, realizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU), em 1° de julho, em São Paulo.

Em C&T, a terceira turma de Engenharia de Inovação do Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), que tem início neste mês de agosto.

E mais as atividades e iniciativas dos sindicatos dos engenheiros (Senges) em todo o País.

Boa leitura.

Setores de uso mais intensivo da tecnologia contribuem para recuperação

A engenharia e a saída da crise

João Alberto Rodrigues Aragão

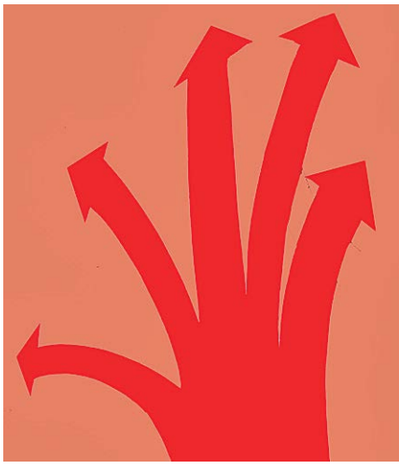
AS CRISES ECONÔMICA e política que assolam o Brasil há mais de um ano trouxeram sérias consequências para praticamente todos os setores da atividade produtiva. Um dos mais atingidos foi a construção civil, considerada um dos principais alicerces do País por ser grande geradora de empregos. Apesar de a recessão perdurar mais tempo do que esperávamos, nos últimos meses, percebemos que, aos poucos, a luz volta a brilhar com o avanço das áreas da engenharia e da agronomia que utilizam mais tecnologia em suas atividades.

No Tocantins, nos últimos meses, o governo federal destinou milhões em recursos, por meio de convênios, para serem aplicados em obras de infraestrutura, que já começaram a aquecer o mercado. Exemplos dessas iniciativas são R$ 160 milhões destinados à construção da ponte sobre o Rio Araguaína, em Xambioá; R$ 124 milhões para as obras da Alça Viária Sul-Norte, em Palmas; R$ 22 milhões para a construção do Complexo Prisional Serra do Carmo; e mais R$ 15 milhões para a finalização dos prédios dos campi *da Universidade Federal do Tocantins (UFT) nas cidades de Arraias, Miracema, Porto Nacional e Tocantinópolis.*

Os números oficiais ainda não foram divulgados, mas a projeção de especialistas é que sejam gerados mais de 1.200 empregos diretos e mais de 3 mil indiretos quando essas obras de infraestrutura estiverem em atividade no estado do Tocantins.

Isso sem contar com os propiciados pelo agronegócio, principalmente com o aumento da produção de frango e peixe no estado. O setor muito tem contribuído para retirar o País dessa dramática crise.

> *Profissionais da área devem colaborar com o processo de retomada do crescimento com soluções inovadoras.*



Apesar da estiagem que atingiu praticamente todo o Brasil, o Tocantins não sentiu tanto seus efeitos, e os produtores de soja, carne bovina, frango, frutas e outros contabilizam dividendos. Em 2015, o agronegócio tocantinense movimentou em exportação mais de US$ 630 milhões. Esses números são a confirmação de que estamos no caminho certo e de que precisamos apenas de alguns ajustes na política econômica para o País voltar a crescer no ritmo em que realmente é necessário.

Nós, profissionais da área tecnológica, devemos ter consciência da importância da nossa contribuição nesse processo. Por exemplo, no atual cenário de escassez de água, temos a obrigação não só de não desperdiçar esse recurso, como de desenvolver técnicas de uso sustentável. Não podemos esquecer também das outras fontes de geração de energia, como eólica e solar. Ambas vêm crescendo muito no Brasil e devemos perceber as oportunidades que o próprio mercado nos apresenta para buscarmos alternativas que possam atender demandas e com isso contribuirmos com a retomada do crescimento do País.

João Alberto Rodrigues Aragão é presidente do Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do Tocantins (Seageto)

MARINGONI

ENGENHEIRO – Publicação mensal da Federação Nacional dos Engenheiros

Diretor responsável: Murilo Celso de Campos Pinheiro. **Conselho Editorial:** Murilo Celso de Campos Pinheiro, Carlos Bastos Abraham, Manuel José Menezes Vieira, Disneys Pinto da Silva, Antonio Florentino de Souza Filho (licenciado), Luiz Benedito de Lima Neto, José Luiz Bortoli de Azambuja, Flávio José Albergaria de Oliveira Brízida, Thereza Neumann Santos de Freitas, Maria Odinéa M. Santos Ribeiro, Modesto F. dos Santos Filho, Clarice M. de Aquino Soraggi, Gerson Tertuliano, Edson Kiyoshi Shimabukuro (licenciado), Sebastião A. da Fonseca Dias, Wissler Botelho Barroso, Francisco Wolney Costa da Silva, José Ailton Ferreira Pacheco, Tadeu Ubirajara Moreira Rodriguez, Maria de Fátima Ribeiro Có, Antônio Ciro Bovo, José Carlos Ferreira Rauen, Lincolin Silva Américo (licenciado), Celso Atienza, Cláudio Henrique Bezerra Azevedo. **Editora:** Rita Casaro. **Revisora:** Soraya Misleh. **Diagramadores:** Eliel Almeida e Francisco Fábio de Souza. **Projeto gráfico:** Maringoni. **Sede:** SDS Edifício Eldorado, salas 106/109 – CEP 70392-901 – Brasília – DF – **Telefone:** (61) 3225-2288. **E-mail:** imprensa@fne.org.br. **Site:** www.fne.org.br. **Tiragem:** 10.000. **Fotolito e impressão:** Folha Gráfica. **Edição:** agosto de 2016. Artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da FNE.

Na 9ª Jornada Brasil Inteligente, CNTU colocou em pauta desafios à retomada do desenvolvimento

Construir o País que queremos

Soraya Misleh

Soberania, cultura, economia e política estiveram em pauta durante a 9ª Jornada Brasil Inteligente, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Liberais Universitários Regulamentados (CNTU) em 1º de julho, na sede do SEESP, na Capital. Sob o mote "Brasil 2022: o País que queremos", a atividade debruçou-se sobre os desafios à retomada do desenvolvimento sustentável nacional e aprofundamento da democracia.

Com o objetivo de dar um salto nessa direção, iniciativa central da CNTU ocupou espaço privilegiado na jornada: o projeto "Brasil 2022", cuja logomarca criada pelo arquiteto e *designer* Ruy Ohtake foi lançada à abertura. O diretor de articulação nacional da confederação, Allen Habert, explicou que o "Brasil 2022" tem importantes diretrizes, começando por discutir como trabalhar com o jovem e unificar os 14 milhões de profissionais liberais universitários do País. "Nossa ideia é que a gente trabalhe até 2022 reunindo lideranças para montarmos o que considero a Constituinte do Saber."

Já a economista Ceci Juruá, conselheira consultiva da CNTU, abordou a questão da soberania nacional e ressaltou: "Gostaria muito que pudéssemos chegar em 2022 e dizer: 'enfim, temos um país desenvolvido'. Aí sim completaríamos, com brilhantismo, dois séculos de Independência." Também participaram como palestrantes a socióloga e cineasta Isa Grinspum Ferraz, diretora cultural da Fundação Darcy Ribeiro, e o compositor e maestro Jorge Antunes, professor titular da Universidade de Brasília (UnB).

Beatriz Arruda

Abertura da jornada, que abordou desafios para se construir um país mais justo. No púlpito, Murilo Pinheiro, presidente da CNTU.

Economia e política

À mesa-redonda "Economia e política rumo ao Brasil 2022", a integrante da Auditoria Cidadã da Dívida, advogada Carmem Cecilia Bressane, salientou a potencialidade do Brasil: "Somos a nona economia mundial. O País detém diversas riquezas minerais. É o terceiro em reservas de petróleo e com o pré-sal, pode chegar a primeiro. Possui a maior área agriculturável do planeta e a maior reserva de água potável." A despeito disso, como apontou, convive com a falta de recursos "para tudo".

Bressane frisou, contudo, que a crise econômica "é seletiva": "Em 2014, o lucro dos bancos foi de mais de R$ 80 bilhões e em 2015, superou essa marca. A indústria hoje corresponde a menos de 9% do PIB e já foi 30%. Há queda de emprego, perdas salariais. A proposta de ajustes fiscais é de cortes na área social e mais impostos, que atingem as classes baixa e média. Não se tributam as grandes fortunas. Por outro lado, há avanços para financiar mais concessões ao mercado. Não há justificativa para os juros que temos no País. No mundo inteiro, situam-se em torno de 1%." Ainda segundo ela, entre 31 de janeiro e 31 de dezembro de 2015, o aumento da dívida pública interna foi de R$ 732 bilhões. "Para onde foi esse dinheiro? Não houve contrapartida na economia brasileira. O pagamento do sistema da dívida corresponde a R$ 2,6 bilhões por dia, seria o equivalente à construção de 2,5 estádios do Corinthians."

Diante desse quadro, a advogada propugnou por auditoria. E criticou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, em tramitação no Congresso Nacional, que "impedirá o aumento de gastos sociais por 20 anos, além de não prever que se impeça a dívida pública". Também defendeu o financiamento público de campanha.

Para o analista político e consultor sindical João Guilherme Vargas Netto, "a crise verdadeira que o País enfrenta é na economia, com recessão brutal". Segundo ele, "não temos essa sensação, devido ao colchão social representado pelo seguro-desemprego e bolsa família, sobre o qual a massa da população se apoia há mais de 12 anos. Por isso, os dirigentes estão subestimando essa situação". Vargas Netto completou: "O Brasil tem 102 milhões de trabalhadores e 12 milhões de desempregados. A taxa média é 12. Em jovens, é três vezes mais e em profissionais universitários, quatro." Alertou ainda que o governo interino de Michel Temer deve aprofundar esse quadro. "É preciso esforço de unidade das centrais sindicais para resistir à reforma da Previdência."

Diretor da CNTU, o economista Odilon Guedes corroborou: "O governo anterior teve equívocos na política econômica, e Temer é um desastre total. O País corre o risco de ser recolonizado. No ano passado, foram pagos R$ 500 bilhões em juros da dívida pública. O Brasil é rico, mas há uma concentração de renda brutal." Na sua ótica, a solução passa por baixar os juros, realizar reforma tributária e investir em infraestrutura, educação e saúde para o País voltar a crescer e se desenvolver.

Posse dos novos conselheiros

Ao final, realizou-se a 9ª Plenária do Conselho Consultivo da CNTU, em que foram empossados 138 novos membros desse. Agora são 1.018 no total. Habert comemorou: "Hoje atingimos a marca de mil lideranças. Em 2022 seremos 22 mil. Somos uma força que pode empurrar o Legislativo, o Executivo e o Judiciário e ver quais os nós górdios que nos seguram para liberar energia a um salto no desenvolvimento sustentável nacional." Gilda Almeida, vice-presidente da CNTU, salientou: "Tivemos hoje duas propostas: realizar a campanha 'O pré-sal é nosso' e pela volta do Ministério da Ciência e Tecnologia. O conjunto dessas mil cabeças é fundamental nesse processo." Na plenária, 15 conselheiros apontaram propostas a um país mais justo.

Encerrando a jornada, Murilo Pinheiro, presidente da CNTU e da FNE, ressaltou: "Foi um exemplo de discussão do que queremos para o País. Vamos usar o 'Brasil Inteligente', a nossa confederação, nessa direção. Chamamos todas as entidades e profissionais a se somarem ao movimento 'Engenharia Unida' (*iniciativa da federação*) para discutirmos as questões de real importância para a sociedade. É possível mudar e fazer acontecer."

* Colaborou Rosângela Ribeiro Gil
Confira cobertura completa no *site* da CNTU, no *link* http://goo.gl/DHNgXM

Prevista para ser lançada em setembro, Frente Parlamentar de Engenharia traz pauta positiva

Boas novas no Congresso

Soraya Misleh

As notícias recentes sobre o Legislativo apontam uma conjuntura de grandes desafios: crises econômica e política, além de ameaças de retrocessos em direitos conquistados têm, muitas vezes, se sobreposto a questões de interesse da profissão e da sociedade. Na busca por mudar esse quadro, a categoria e os brasileiros em geral contarão com um novo instrumento: a Frente Mista Parlamentar de Engenharia, Infraestrutura e Desenvolvimento. A iniciativa alvissareira está prevista para ser lançada em setembro próximo. Proposta pelo engenheiro e deputado federal Ronaldo Lessa (PDT-AL), segundo ele, já conta com mais de 200 adesões no Legislativo. Iniciando a articulação na Câmara e na sequência, no Senado, Lessa assegura: "Tive uma ótima receptividade. Todo mundo achou que era o momento, que era algo que faltava, uma lacuna. Tem dezenas de frentes parlamentares, mas não na engenharia. E a nossa ideia é ampliar, não defender somente os interesses da categoria, o que é importante, mas mostrar sua pujança, dar a contribuição da nossa profissão para a infraestrutura brasileira, ferramenta importante ao desenvolvimento do País." Conforme ele, o objetivo é unir forças: "Queremos ter a participação das instituições nas propostas que vamos levar ao Congresso para fazer as nossas legislações. Seremos os porta-vozes da sociedade através dessas organizações."

Proposta pelo deputado Ronaldo Lessa (PDT-AL), a iniciativa fará levantamento dos projetos pertinentes hoje em tramitação, a exemplo da proposta de carreira de Estado para os profissionais.

Lessa apresentou a proposta à FNE em reunião no dia 18 de julho, na sede do Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp), em São Paulo, com o presidente da federação, Murilo Pinheiro, e seus dirigentes. O apoio da entidade foi assegurado, com a disposição de participar na elaboração de propostas de interesse da categoria e do País. Nesse sentido, o projeto "Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento", lançado pela federação, será importante contribuição. Neste ano, debruça-se sobre o tema "Cidades". O movimento "Engenharia Unida", chamado pela FNE e que já engloba diversas organizações, será outro ponto de apoio às ações da Frente. "Saudamos a iniciativa e vamos atuar ao seu lado para que tenha bons resultados. É um passo importante para avançarmos em nossa luta pela valorização da categoria, a defesa de seus direitos e o desenvolvimento nacional", frisou Pinheiro. Ele continuou: "As dificuldades atuais exigem uma coesão poderosa de forças da área tecnológica para ajudar a empurrar o País na direção correta e inserir as nossas profissões devidamente no debate público. Trata-se, portanto, de unir os profissionais e as entidades que os representam, as empresas e escolas de engenharia em torno dessa bandeira. A Frente fortalece esse movimento. Juntos, tenho certeza que superaremos os desafios do momento. Podemos e devemos dar essa contribuição à sociedade brasileira."

Beatriz Arruda

Em São Paulo, deputado Ronaldo Lessa apresenta proposta da Frente ao presidente da FNE, Murilo Pinheiro, e recebe apoio da entidade à iniciativa.

Com o apoio do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), está sendo feito levantamento dos projetos de lei em tramitação no Legislativo, que devem ser objeto dessa Frente. Entre eles, necessariamente estará o que institui a carreira de Estado para engenheiros, arquitetos e agrônomos que ocupam cargo efetivo nos serviços públicos federal, estadual e municipal. "Na medida em que você sedimenta, discute e propõe, facilita o debate e dá força para levar a Plenário. Mas é preciso um arcabouço de apoio político externo para fazer as coisas andarem. A Frente pode ser o amálgama disso, a argamassa desse processo", enfatiza Lessa.

Amplo leque

Além disso, ele destaca outras demandas que poderiam ser alavancadas a partir dessa coalizão. Por exemplo, a questão da explosão das cidades sem planejamento adequado e financiamento. Outra necessidade apontada pelo parlamentar que deve ser objeto da Frente é de ampliação e construção de ferrovias e portos, que terão como consequência a geração de empregos para engenheiros, além da valorização profissional. "Todo o conjunto da área técnica pode ser melhor aplicado. Não há uma cultura para que a gente possa investir mais nessa área. Queremos contribuir inclusive com as escolas, com as universidades, mostrando o papel da engenharia ao desenvolvimento, com visão não tecnicista, fria. Queremos apresentá-la também no sentido ético, da valorização do ser humano, como sendo sua essência transformar o meio ambiente sem danificá-lo."

O leque é amplo, como aponta o diretor de documentação do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, o Toninho. Para além das pautas já citadas, na sua visão, todas as questões atinentes a ciência e tecnologia, bem como a conteúdo nacional e debates relativos a investimento público cabem nesse espaço.

Para Lessa, ainda, a iniciativa será um ponto de apoio a outras existentes no Legislativo que lidam com questões a ela transversais. Por exemplo, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Classe Trabalhadora, lançada em maio último para resistir a projetos que atacam os direitos desse segmento da sociedade. "Vamos ter que enfrentar essas ameaças. A importância da Frente é exatamente fazer essa junção. A projetos que buscam retirar direitos, temos que apresentar contraproposta. Podemos contribuir muito nisso", explicita Lessa. "É oportuno neste momento de recessão ter iniciativas voltadas à retomada do desenvolvimento. Assim, a Frente é louvável sob todos os aspectos", conclui Toninho.

O deputado reconhece que não será uma batalha fácil: "Vivemos uma crise política e ética. Tem um Congresso diante de fatos e estruturação de um processo, além de uma fatia muito grande conservadora e outra parcela desinformada que também não contribui. Trabalhar todos esses segmentos é um desafio enorme. Para ajustar isso não é simples. Estamos diante de um momento difícil no Brasil, mas é nas crises que saem as grandes soluções, as grandes respostas."

Autor da Lei 4.950-A/66, Almino Affonso reafirma necessidade de valorizar os engenheiros

Piso salarial: uma regra atual e necessária

Rosângela Ribeiro Gil

Há 50 anos, quando os engenheiros somavam pouco mais de 10 mil profissionais em todo o território nacional, conforme dados do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (Confea), a categoria alcançou uma importante conquista: a Lei 4.950-A, promulgada em 22 de abril de 1966. Com a nova legislação, estabeleceu-se o piso profissional que não poderia ser inferior a "seis vezes o maior salário mínimo comum vigente no País para jornada diária de seis horas". As horas excedentes a esse expediente deveriam ser remuneradas com acréscimo de 25%, que seria elevado para 50% a partir da Constituição de 1988.

Deu origem à lei o Projeto 3.204, apresentado em 21 de julho de 1961 pelo então deputado federal Almino Affonso, eleito pelo estado do Amazonas pelo Partido Social Trabalhista (PST). À época em seu primeiro mandato, ele relata ter sido "instado a valorizar a categoria que deveria crescer em quantidade cada vez maior para a execução de vasto programa de desenvolvimento nacional". "A bem da verdade, elaborei o projeto inspirado no engenheiro e amigo Rubens Paiva (*deputado federal eleito em 1962 pelo PTB por São Paulo, preso, torturado, morto e desaparecido em janeiro de 1971*)", esclarece Affonso, hoje com 87 anos de idade.

Meio século depois, quando os engenheiros já são cerca de 1,3 milhão, ele defende a pertinência da lei. "A minha propositura está mais atual do que nunca", observa o ex-parlamentar, que também foi ministro do Trabalho do governo João Goulart, em 1964. A posição é confirmada pelo presidente da FNE, Murilo Pinheiro: "A luta pelo cumprimento da Lei 4.950-A/66 é bandeira permanente e prioritária da nossa federação. Trata-se de assegurar aos profissionais remuneração minimamente justa com a consequente valorização."

Tal questão inclusive constava da justificativa do projeto do deputado: "(...) a essa valorização profissional do engenheiro e do arquiteto, e ao que se exige de esforço intelectual e de recursos materiais para o seu preparo técnico, não correspondem os salários que são atribuídos...". Segundo Pinheiro, a federação tem "atuado, em apoio aos nossos sindicatos filiados, com negociação, mobilização e até greves, para garantir que as empresas respeitem o piso. E também temos recorrido à Justiça que, em diversos estados, vem assegurando o direito da categoria".

Ainda em 1961, o PL 3.204, em apreciação em três comissões técnicas da Câmara – Constituição e Justiça, Servidores Públicos e Finanças –, recebeu pareceres favoráveis e foi aprovado por unanimidade em todas elas. Em um desses relatórios, era reforçado o bom propósito da matéria de incentivar a formação desses profissionais "através de remuneração condigna". Todavia, a matéria recebeu, na sequência, emendas e até um substitutivo, passando outras vezes pelas comissões da Casa; e no Senado também foram inseridas emendas, até a sua redação final.

Como lembra Affonso, apesar da inicial recepção positiva, o projeto enfrentou as intempéries do momento. "Estávamos num período político convulsionado, teríamos a renúncia do presidente Jânio Quadros", pontua. A matéria levou quase cinco anos até a sua promulgação pelo Congresso Nacional, após ser vetada pelo então presidente Marechal Humberto Castelo Branco. Cassado pelo golpe civil-militar de 31 de março de 1964, Affonso não pôde acompanhar esse processo até a conclusão. "Tive que sair do País", lamenta. Ele retornou depois de 12 anos de exílio. "Só quando voltei fui informado que o meu projeto tinha sido aprovado. Isso é para dizer que o meu mérito é bem pequeno nessa conquista. Mas é claro que fiquei na maior alegria."

Luta que segue

A partir da promulgação da Constituição Federal, em 1988, a Lei 4.950-A passou a enfrentar questionamentos quanto a ter sido ou não recepcionada pela Carta Magna. O presidente da FNE, nessa questão, explica que há empregadores que recorrem ao artigo constitucional segundo o qual não pode haver indexação financeira ao salário mínimo para contestar a regra. "Como diversos juristas, inclusive o ex-ministro Francisco Rezek (*do Supremo Tribunal Federal*), já esclareceram e a Justiça Trabalhista tem entendido em várias partes do Brasil, isso não se sustenta", afirma Pinheiro. Ele lembra que o piso diz respeito à remuneração pelo trabalho assalariado e, portanto, não se encaixa no veto da Constituição. "O uso dessa artimanha, além de não prosperar perante a Justiça, significa a falta de compreensão em relação à importância de assegurar remuneração minimamente adequada aos profissionais qualificados", critica.

Como a Lei 4.950-A/66 não é válida para os engenheiros estatutários, uma luta da FNE é para que seja feita uma emenda à Constituição assegurando aos funcionários públicos os pisos salariais determinados em lei para sua categoria profissional. Enquanto esse processo não avança, a federação e os sindicatos têm atuado para que os municípios e estados adotem o valor estabelecido na legislação federal como referência para a remuneração dos profissionais. Segundo Pinheiro, várias administrações no País aprovaram planos de carreira com salários compatíveis com a reivindicação, "demonstrando sua compreensão quanto à importância dos engenheiros para o desenvolvimento local e bem-estar da população". Ele ressalta, contudo, que essas vitórias, "obviamente, exigem mobilização, organização e esforço de negociação".

Legislação enfrentou cinco anos de tramitação no Congresso e superou o veto do governo ditatorial da época. Na atualidade, continua a batalha pelo seu cumprimento.

Conforme reportagem do **Engenheiro** de junho último, a reivindicação por remuneração compatível com a Lei 4.950-A/66 obteve novas vitórias, sendo as mais recentes no estado de Roraima e nas cidades de São Paulo (SP) e Teresina (PI). Confira essas e outras conquistas, assim como o histórico da tramitação do projeto que deu origem à lei do salário mínimo profissional, no *site* da FNE, no *link* http://goo.gl/U6Sd7q.

Rosângela Ribeiro Gil

Exilado durante 12 anos, Almino Affonso não pôde acompanhar a tramitação do seu projeto, mas ficou feliz em saber que ele tinha se transformado em lei.

SC

45 anos de luta pela valorização da categoria

Fábio Ritzmann

Debates técnicos e políticos marcaram celebração do aniversário do Senge-SC.

No dia 21 de julho, foram comemorados os 45 anos do Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina (Senge-SC), na sede da entidade, em Florianópolis. Na ocasião, foi lançado o Núcleo Jovem Engenheiro, realizada a palestra "Mobilidade na Grande Florianópolis", ministrada por Cássio Taniguchi, secretário de Estado do Planejamento, e homenageados os ex-presidentes e fundadores da entidade. "O nosso sindicato registrou um significativo avanço em todas as áreas de atuação, e a lição que este período nos deixa é o aprendizado para superar barreiras e ultrapassar expectativas", afirma o presidente Fábio Ritzmann. Para o diretor de Comunicação, Carlos Bastos Abraham, que também é vice-presidente da FNE, "há muito orgulho e reconhecimento nacional pela dedicação às causas da engenharia". Segundo ele, "isso não só comprova o cumprimento da missão institucional do nosso sindicato, como também do compromisso com a engenharia catarinense: um Senge focado no atendimento aos profissionais que o compõem, mantendo seus serviços tradicionais e criando novos, reestruturando, modernizando e crescendo".

GO

Sindicato reivindica garantia a trabalhadores da Celg

Com o objetivo de indenizar os trabalhadores, assegurar estabilidade de emprego e manter e garantir seus direitos, o presidente do Sindicato dos Engenheiros no Estado de Goiás (Senge-GO), Gerson Tertuliano, o diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Goiás, Heliomar Palhares Pedrosa, o conselheiro da Celg Par e representante eleito dos empregados, Wagner Alves Vilela Júnior, e o presidente da Associação dos Administradores, Contadores e Economistas da Celg, Fábio Ubaldo Teles, assinaram Ofício nº 0010/2016 sobre as cláusulas sociais no processo de desestatização. Direcionado aos diretores da Celg Par, José Fernando Navarrete Pena, da Celg D, Sinval Zaidan Gama, e da Eletrobras, José da Costa Carvalho, o documento diz que embora esses representantes sejam contrários ao processo de privatização em curso, e alinhado à deliberação do fórum dos empregados em 29 de junho último, é de suma importância a efetivação do fundo específico para assegurar aos servidores da Celg D estabilidade de dois anos e garantia dos direitos e benefícios atuais. Sua criação se justifica, já que o edital de leilão, marcado para o dia 19 de agosto, não traz qualquer cláusula social de proteção aos servidores.

AL

Senge apoia nova cooperativa de engenharia

Está sendo montada e deverá ser fundada em breve a Cooperativa de Serviços de Engenharia de Alagoas (Coosenge). "Já realizamos várias reuniões com esses profissionais e daremos todo apoio para criação da cooperativa. Vamos acompanhar desde o início, inclusive ceder nosso prédio para que possam iniciar seus trabalhos e oferecer nosso corpo jurídico para esclarecer as dúvidas dos envolvidos", informou Disneys Pinto, presidente do Sindicato dos Engenheiros de Alagoas (Senge-AL). Conforme ele, com a cooperativa, os profissionais poderão "fazer projetos, serviços de consultoria, fiscalização de obras e outras ações inerentes ao exercício profissional da engenharia, arquitetura, agronomia e dos tecnólogos". Segundo João Carlos Ramiro, do jurídico do Sistema Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) - Sescoop-AL, "a vantagem de se criar uma cooperativa é unir forças para entrar no mercado e diminuir custos, oferecendo um leque maior de profissionais, de várias especialidades, com um serviço mais amplo. No caso dos engenheiros, arquitetos e agrônomos, o mercado parece propício". A próxima etapa é iniciar a implantação de um cronograma de ações para estruturar e fazer do projeto uma iniciativa viável economicamente. Para sua formulação, os profissionais realizaram várias reuniões com representantes do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado de Alagoas.

Divulgação Senge-AL

Disneys Pinto (o segundo à esquerda): "Vamos acompanhar desde o início e ceder nosso prédio para iniciarem seus trabalhos."

CE

Ações em curso da entidade

Visando garantir remuneração aos engenheiros compatível com o salário mínimo profissional da categoria, o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Ceará (Senge-CE) vem debatendo a questão com representantes de profissionais dos diversos órgãos do estado. A proposta, segundo o diretor de Comunicação, Artes e Eventos, Aulio Façanha Antunes, é chegar a um Plano de Cargos e Carreiras específico que atenda aos interesses dos profissionais. No esforço de valorização dos engenheiros feito pelo Senge, ele destaca ainda o programa "Tecnologia no dia a dia", que conta com o apoio da FNE, levado ao ar todas as quartas-feiras, das 15h às 16h, pela rádio *O Povo CBN*, e também via internet. Conforme o dirigente, a iniciativa tem ampliado sua interação à sociedade, tornando visível o profissional da área em suas diversas atuações, e reforça a ideia do movimento "Engenharia Unida".

MA

Balanço de atividades

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de maio último, foi apresentado aos associados o balanço das atividades realizadas pelo Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (Senge-MA). Na ocasião, foi também submetida à apreciação da categoria a prestação de contas de 2015 e ainda aprovado o Plano de Trabalho de 2016. Participaram os filiados à entidade, membros da sua diretoria, a superintendente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Maranhão (Crea-MA), Rita de Cássia Cunha, e o conselheiro federal Francisco Soares. Entre as atividades realizadas no período anterior, destacaram-se o debate sobre água e sustentabilidade; a solenidade de posse da diretoria do Senge em conjunto com a do Crea-MA e da Mútua-MA, como marco inicial da "Engenharia Unida" no Maranhão; a eleição do conselheiro federal na modalidade Agronomia representando o sindicato; o seminário "Qualidade de obras e serviços públicos de engenharia e agronomia", tendo como produto a criação do Fórum Maranhense de Infraestrutura pelo Desenvolvimento do Estado e a Carta de São Luís; e a confraternização no Dia do Engenheiro. Segundo o presidente da entidade, Berilo Macedo da Silva, os eventos promovidos "visam o fortalecimento da representatividade e do poder de mobilização da categoria".

Divulgação

Assembleia apresentou aos associados ao sindicato balanço de suas atividades.

Alardeada como solução para combater práticas ilícitas, Lei das Estatais dispensa projeto executivo

"Porta aberta à corrupção"

Deborah Moreira

Em 30 de junho último, o governo federal sancionou a Lei 13.303, conhecida como Lei das Estatais. Apresentada como solução para moralizar as indicações de pessoas para ocupar cargo nas empresas públicas, estabelece normas de governança corporativa e regras para compras, licitações e contratação de dirigentes realizadas por empresas públicas e sociedades de economia mista, como a Petrobras. No entanto, a nova lei altera também a forma de contratação de obras, sem a obrigatoriedade de apresentar o projeto executivo durante a fase de licitação. Para o engenheiro civil e advogado José Roberto Bernasconi, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva (Sinaenco), trata-se de uma "porta aberta à corrupção e ao superfaturamento". Em sua opinião, expressa nesta entrevista ao **Engenheiro**, outro ponto negativo é a adoção da modalidade de contratação integrada, que entrega nas mãos da empreiteira a tarefa de oferecer a melhor solução técnico-econômica.

Por que a Lei das Estatais não é boa?

A Lei das Estatais se insere num contexto de resposta da administração pública à sociedade após os escândalos de corrupção recentes, sobretudo aqueles envolvendo a Petrobras. A promessa era criar ferramentas de controle e fiscalização mais rígidos, além de políticas de transparência e *compliance* (conjunto de disciplinas para cumprir normas legais e regulamentares), que impedissem a repetição de desvios.

Regras previstas na legislação sancionada no final de junho eliminam instrumento que pode assegurar melhor solução técnica e econômica, especificando custos e prazos.

Entretanto, o texto final da lei parece indicar que esses objetivos não serão cumpridos, e o regramento sobre a contratação de obras é notório nesse aspecto. Afinal, a contratação sem projeto é porta aberta à corrupção, superfaturamento e outros vícios.

Outro aspecto a ser criticado é que a nova lei implica regras específicas sobre licitações de obras para as empresas públicas e sociedades de economia mista, sendo que essas licitações devem ser disciplinadas por lei geral, que inclusive já existe: a Lei 8.666/1993. Essa, vale lembrar, é alvo de revisão, proposta no Projeto de Lei do Senado 559/2013, que tem previsão de ser votado em Plenário em agosto.

Quais os problemas que causará a dispensa de apresentação de projeto executivo nas licitações?

O projeto executivo é insumo único e insubstituível, por ser o instrumento que permite ao contratante conhecer, com antecedência, a obra em detalhes, seus quantitativos de materiais e serviços, permitindo calcular os seus valores e, portanto, seus custos, definindo prazos e a qualidade final do empreendimento público. Ao dispensar o projeto executivo, estamos assumindo a possibilidade de atrasos, aditivos contratuais sob pretextos diversos e dificultando a fiscalização da obra.

Por que a chamada "contratação integrada" é criticada?

Pela contratação integrada, o governo compra obras de custo elevado baseado apenas num anteprojeto, enquanto os projetos básico e executivo ficam a cargo da construtora. Os defensores dessa modalidade alegam que, assim, o governo obtém rapidez, menor preço e impede aditivos contratuais, que encarecem as obras e são fonte de corrupção. No entanto, essa visão é míope. O projeto completo de arquitetura e engenharia é o que define a melhor solução técnica e econômica, especificando materiais e serviços, que, com seus preços, totalizam o custo global. Também estabelece os prazos de construção. Contratar obras sem definir o que se está comprando, pela ausência de projeto completo, e imaginar que o construtor vai oferecer a melhor solução técnico-econômica ao governo, é dar um tiro no escuro, deixando o risco e os potenciais custos elevadíssimos de manutenção, que representam, ao longo da vida útil do empreendimento, cerca de quatro vezes mais em relação ao custo inicial da construção, para a sociedade pagar.

Beatriz Arruda

Bernasconi: projeto executivo é insubstituível, por ser o instrumento que permite ao contratante conhecer, com antecedência, a obra em detalhes.

A FNE e outras entidades do setor defendiam o veto de todo o artigo 42 do projeto que foi aprovado no Congresso. Que outros problemas existem nesse trecho da lei?

O artigo 42 traz as normas para a contratação de obras e serviços. É nesse trecho especificamente que a legislação prevê a possibilidade de contratação de empreendimentos públicos sem projeto executivo, sem licença ambiental e sem equacionamento das desapropriações. Por essas razões, o Sinaenco também defendia o veto total do artigo 42. Estranhamente, foi vetada a alínea f do inciso VIII, que determinava a exigência de orçamento do custo global da obra, o que ofereceria uma estimativa razoável do valor do empreendimento, quando licitado com projeto básico.

O Sinaenco defende tradicionalmente a valorização do projeto na contratação de obras. Qual seria a fórmula ideal para garantir lisura, economia e qualidade da obra?

O primeiro passo é planejar, que significa pensar antes para fazer melhor. Com o bom planejamento, é possível licitar a execução da obra com base no projeto executivo, completo, contratado de forma independente da construção, pela melhor solução técnico-econômica e com prazo adequado ao seu desenvolvimento. Com o projeto executivo em mãos, o contratante sabe o que está contratando, a construtora conhece o que precisará executar, em qual prazo e a que custo.

A fiscalização é fundamental para equacionar os problemas e manter a obra dentro de um orçamento previsto inicialmente?

Sim. A fiscalização e o gerenciamento da execução da obra devem ser feitos por empresa independente em relação à construtora e à autora do projeto. E, com o projeto executivo em mãos, os órgãos responsáveis conhecem em detalhes o que precisarão fiscalizar. A sociedade, assim, recebe obras construídas no prazo e a custos determinados em projeto, com qualidade e durabilidade, evitando gastos elevados com manutenção.

Com projeto pedagógico de ponta, Isitec dá início às aulas da terceira turma de graduação

Engenheiros inovadores a caminho

Jéssica Silva

O Instituto Superior de Inovação e Tecnologia (Isitec), em São Paulo, abre as portas para mais um grupo da graduação em Engenharia de Inovação, que inicia as aulas neste mês. Esse é o terceiro grupo desde a primeira turma, em 2015. São 20 novos alunos, futuros profissionais que aprenderão em sala de aula competências técnicas e científicas da área, gestão de inovação, além de visão empresarial e empreendedora.

Aos 20 anos, André Eiji Arahawa, primeiro lugar do vestibular desta edição, anseia por conhecimentos diversos que o façam um profissional versátil. "Minha perspectiva é de aprender sobre todas as áreas possíveis da engenharia para que eu possa trabalhar na resolução de quaisquer problemas", diz o estudante paulista, que conheceu o instituto pela indicação de um parente metroviário. Arahawa cursava Sistema de Informação quando foi conquistado pela proposta do Isitec. "A forma de ensino me pareceu bem fora do tradicional e fui pesquisar mais sobre a grade curricular. É um curso novo, diferenciado, que vai me dar uma visão mais ampla de carreira", conta.

Para o aluno, existem muitos engenheiros no mercado de trabalho com ideias de soluções criativas, mas são poucos os que transformam esses projetos em produtos para a sociedade. "O curso me apresentou uma forma de ser esse profissional, que gerencia e extrai o potencial para inovar e alavancar o desenvolvimento de tecnologias e produtos para o País", explica Arahawa.

Arquivo pessoal

A caloura Nicolle Duarte da Rosa Augusto, que pretende trabalhar no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias, com foco em química.

Beatriz Arruda

Veteranos do curso de Engenharia de Inovação em aula no Isitec, em que o debate é estimulado.

> *Proposta de aprendizagem que valoriza criatividade e domínio do conhecimento em vez da decoreba atrai estudantes interessados em se preparar para os desafios do futuro.*

Nicolle Duarte da Rosa Augusto, 19, também trocou a graduação em Engenharia Química pela de Inovação. "Acabei me identificando mais com o curso (*do Isitec*). É mais completo. Sempre tive aptidão para pesquisa e desenvolvimento, é uma área que me fascina", alega Rosa Augusto. A aluna vê a inovação como a construção de projetos para a melhoria da qualidade de vida humana e ambiental. "Pensar, pesquisar, planejar e produzir são etapas que tornam os sonhos realidade, concebendo assim as inovações", explica.

Mesmo com apenas as primeiras aulas, a jovem já se vê trabalhando em uma grande empresa no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias. "Quero aproveitar ao máximo todo o conhecimento que vou absorver com as aulas e, futuramente, juntar esse aprendizado com a experiência de outros profissionais na implantação de ideias e projetos inovadores", almeja.

O curso

O Isitec, cuja entidade mantenedora é o Sindicato dos Engenheiros no Estado de São Paulo (Seesp) e tem apoio institucional da FNE, foi o pioneiro na graduação em Engenharia de Inovação no País, tendo o curso reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC) em 2013. Com a proposta de formar um profissional capaz de atuar no desenvolvimento de tecnologias e inovações em diversos setores, o curso tem duração de cinco anos, com 30 horas/aulas por semana em média, em período integral. Atualmente, a instituição de ensino tem em torno de 50 alunos cursando a graduação, entre calouros e veteranos. Cada aluno aprovado ganha bolsa integral de estudos e um auxílio no valor de R$ 500,00. Jovens da Grande São Paulo e também de outros municípios próximos, como Jundiaí e Santa Isabel, somam a maioria entre eles, mas também há estudantes de outros estados.

O modelo de aula é diferente, os alunos sentam-se em grupo e os professores fomentam o debate entre eles a cada nova matéria. Para José Marques Póvoa, diretor de graduação do Isitec, o ponto desenvolvido pelo estilo de aula é o de transformar a informação em conhecimento. Nas palavras do professor: "Não queremos um modelo de memorização de conteúdo, que está disponível na internet, nos livros. Queremos um aluno participativo, que aprenda a utilizar o conteúdo em seu futuro emprego, que absorva o conhecimento, que o tenha como um patrimônio."

Póvoa, porém, considera que o modelo didático ainda assusta quem ingressa em uma faculdade como um aluno que apenas "assiste" aulas para conseguir um diploma. "Estamos construindo um perfil diferente de faculdade, e neste momento queremos atrair pessoas dispostas a essa nova forma de aprender. O diploma é necessário, mas não é o suficiente", avalia. Para ele, ter um projeto na educação é um desafio para um sindicato, mas é também preparar um engenheiro para o futuro. "Não temos a mínima ideia de como será a engenharia daqui a 20, 30 anos. Então temos que capacitar esse povo para trabalhar com o desconhecido", diz.

Arquivo pessoal

André Eiji Arahawa, primeiro lugar no vestibular Isitec deste semestre.